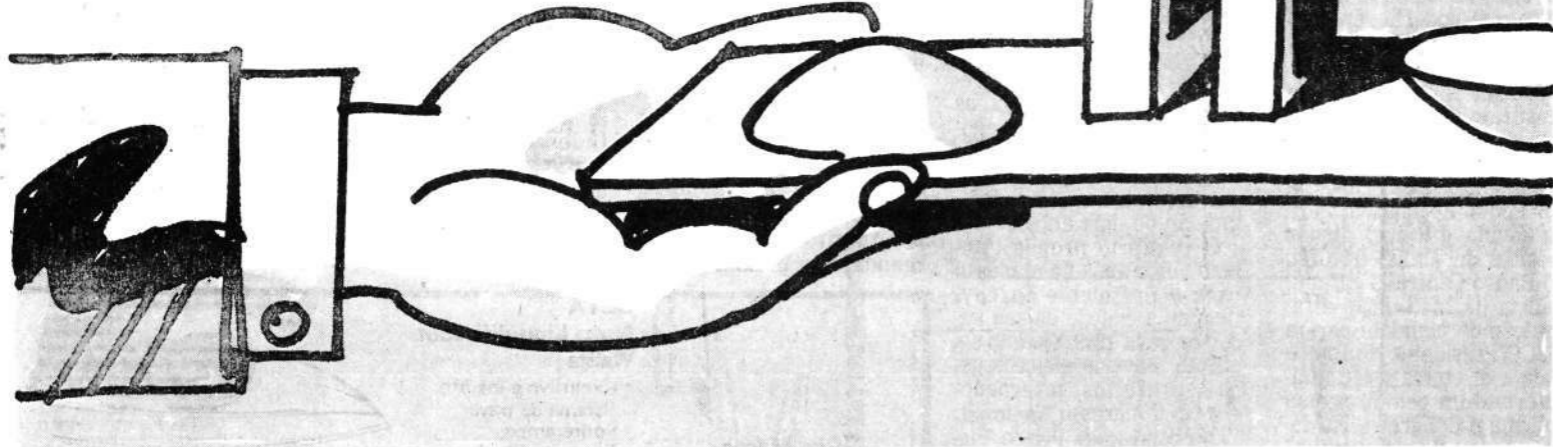


ANC

Propostas de Relatores reduzem conflitos nas Comissões Temáticas



As divergências entre os "moderados" e "progressistas" começam a se intensificar à medida em que eles se preparam para votar os relatórios das Comissões Temáticas — que devem ser entregues até o fim da semana — e se aproxima o início das votações pelo grande plenário da Constituinte. Alguns Relatores buscam na negociação com todas as correntes ideológicas uma maneira de amenizar pontos de atrito em questões delicadas e controversas. Outros, porém, têm dificuldade para conciliar interesses de todos os grupos e poderão ver suas propostas serem rejeitadas ou modificadas pelos membros das comissões. São discussões ininterruptas sobre questões que vão desde a duração do mandato do Presidente José Sarney e o sistema de governo até a forma de indenização de proprietários com terras desapropriadas para a Reforma Agrária.

Na tentativa de aprovar o maior número possível de propostas apresentadas pelas suas correntes ideológicas, "progressistas" e "moderados" passam os dias percorrendo gabinetes e negociando com parlamentares de todos os partidos, num trabalho de "convencimento" que faz cada voto parecer decisivo para a aprovação ou a rejeição de uma sugestão. Difícil mesmo é conseguir identificar todos os "progressistas" e "moderados", porque muitos constituintes não assumem posições favoráveis a essa ou aquela ala, preferindo votar cada proposta de maneira diferente.

Negociação ajuda Relatores a traçar perfil institucional

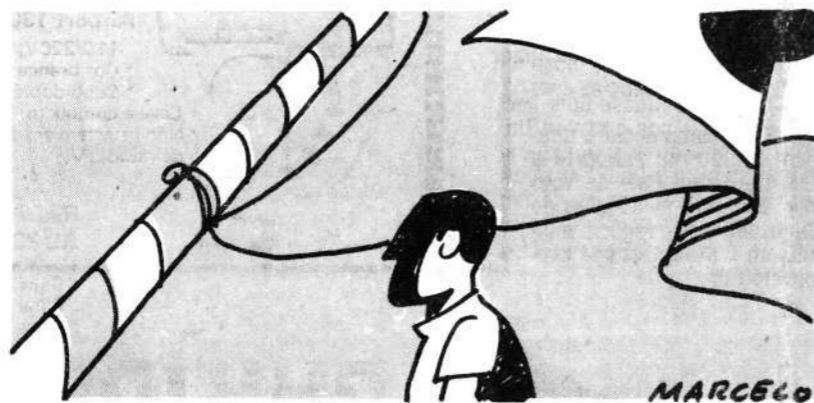
- AS DIVERGÊNCIAS**
- Mandato do Presidente José Sarney
 - Sistema de governo
 - Papel das Forças Armadas
 - Criação de novos Estados

BRASÍLIA — Negociação. Esta é a principal arma utilizada pelos Relatores das três Comissões que estão debatendo o perfil institucional do País na Assembléia Constituinte. Através de muitas conversas, consultas ou mesmo sondagens, os Deputados Egídio Ferreira Lima (Organização dos Poderes), Prisco Vianna (Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições) e o Senador José Richa (Organização do Estado) tentaram amenizar pontos de atrito em questões delicadas e controversas.

Egídio Ferreira Lima, Relator responsável por uma das áreas mais sensíveis e polêmicas da Constituinte, uma vez que seu anteprojeto trata do mandato do Presidente José Sarney e de seus sucessores e o sistema de governo, trabalhou toda a semana ouvindo diariamente em seu gabinete dezenas de constituintes.

Mantendo firme reserva sobre seus pontos de vista pessoais, apesar de ser um defensor do mandato de quatro anos para Sarney, Egídio deixou entrever que estaria disposto a adotar o período de cinco anos em troca de dispositivos que "parlamentarizassem" mais o regime. Essa estratégia já ganhara a adesão de um bom número de partidários dos quatro anos, que vêem na figura de um Primeiro-Ministro respaldado pelo Congresso um contraponto ao Governo Sarney.

A tática tem o objetivo de evitar a articulação de blocos para derrubar o relatório, como aconteceu nas subcomissões onde os relatores de "esquerda" não negociaram. O Relator



da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, Prisco Vianna, adotou o mesmo procedimento de Egídio, embora esteja identificado com o grupo ligado ao Governo.

Prisco estendeu suas consultas aos líderes partidários, mas conversou especialmente com o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; os líderes do Partido na Constituinte, Mário Covas; na Câmara, Luiz Henrique; e com o Presidente do PDS, Jarbas Passarinho. Na questão mais delicada em sua área, o papel das Forças Armadas — defesa externa, interna ou ambas — no País, o relator esquivou-se sempre de manifestar a opção adotada, mas a previsão é a de que ele mantenha o atual texto constitucional.

A partir do relatório, Prisco previa que outra polémica, talvez maior, ocorrerá com sua antecipada disposição de incluir no anteprojeto o voto

distrital misto. O Relator não pretendia estabelecer, nas disposições transitórias, o mandato do Presidente Sarney, entendendo que não é competência de sua Comissão. Na quinta-feira, no entanto, resolveu estabelecer que o mandato de Sarney será de cinco anos, que a eleição do Presidente deve ser isolada e que, para haver coincidência das eleições gerais, os prefeitos eleitos em 88 terão apenas dois anos de mandato.

Na Comissão de Organização do Estado, o Relator, Senador José Richa, certamente terá a oposição de setores de várias bancadas estaduais, porque não acatou as propostas de criação de seis novos Estados: Tocantins, Juruá, Maranhão do Sul, Santa Cruz, Triângulo e Tapajós. Ele entendeu que a Constituição pode definir a forma como os Estados podem ser criados, mas a criação propriamente dita deve ser tratada por lei complementar.

Direitos coletivos e políticos não terão aprovação pacífica

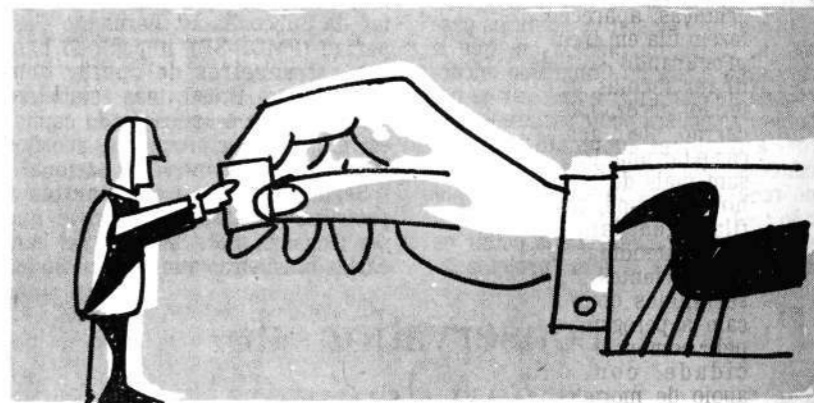
- AS DIVERGÊNCIAS**
- Voto destituinte
 - Criação do Tribunal de Garantias Constitucionais
 - Indenização aos militares anistiados

BRASÍLIA — Os direitos coletivos e os políticos são os que mais polémicas causarão nas votações da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Questões como a anistia, o voto destituinte, o defensor do povo e o Tribunal de Garantias Constitucionais, se aprovadas, não o serão nem de forma pacífica, nem de acordo com a proposta original apresentada pelo Relator da Comissão, Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS).

Nos termos em que foi proposta pelo Relator, a anistia não deverá ser aprovada, apesar de ser defendida pelos mais diversos setores políticos. O que mais pesa contra sua aprovação integral é sua abrangência, que poderá resultar num pesado ônus para os cofres públicos.

A reintegração ao serviço ativo de todos os civis e militares punidos por motivos políticos e por atos de exceção, e a garantia de recebimento de vencimentos atrasados não são aceitos principalmente pelos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, que têm exercido forte pressão sobre os constituintes.

A criação de um Tribunal de Garantias Constitucionais que, conforme revelou um integrante da Comissão, tem sido combatida junto aos Constituintes pelo Supremo Tribunal Federal, também será alvo de ataques. Acredita-se na sua aprovação, mas parcial. Membros do STF e setores políticos que fazem sua defesa na Assembléia julgam que a Corte Suprema irá perder grande parte de seu poder se for criado o Tribunal Constitucional.



De fato, a competência do Tribunal de Garantias Constitucionais da soberania do povo e dos direitos constitucionalizados é abrangente: ele tratará de apreciar e julgar, em única instância, a ação direta de inconstitucionalidade e o mandato de garantia social por norma, ação ou omissão, que inviabilizem o pleno exercício das prerrogativas inerentes à soberania popular e dos direitos fundamentais da pessoa humana.

O voto destituinte — instrumento previsto nas legislações francesa e norte-americana que confere ao eleitorado a prerrogativa de revogar mandato de detentor de cargo eletivo que tenha caído no descrédito popular — é considerado de difícil aprovação dentro da Comissão, principalmente se for mantido o sistema de voto proporcional no País.

Argumentam alguns parlamentares que o voto destituinte somente poderia funcionar num sistema dis-

trital, com partidos organizados que possibilitariam a identificação do universo partidário que elegeu o detentor do mandato. Na prática, afirmam alguns constituintes, dificilmente isso funcionaria.

No que se refere à inclusão da figura do defensor do povo na Constituição, a discussão não é menor. Embora todos os setores partidários defendam a institucionalização do "ombudsman", muitos entendem que suas atribuições e poderes foram exagerados no relatório de Bisol.

De acordo com o anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, ao defensor do povo competirá representar ao Tribunal de Contas da União sobre atos dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário que configurem indícios de violação da norma legal, do princípio de licitação ou de probidade administrativa.

Disputa ideológica se intensifica na Ordem Econômica

- AS DIVERGÊNCIAS**
- Desapropriações para a Reforma Agrária
 - Limitação do capital estrangeiro no País
 - Reforma tributária

BRASÍLIA — Apesar dos esforços dos "bombeiros" em busca do consenso, as disputas ideológicas e de interesses regionais que têm marcado o trabalho da Constituinte na área econômica, financeira e tributária, prometem continuar esta semana na votação dos relatórios das Comissões, e até chegar ao plenário.

A Reforma Agrária é um dos temas principais das divergências entre "moderados" e "progressistas". Todos os itens são polêmicos, mas a permissão para o Governo assumir imediatamente a posse da terra desapropriada é tida pelos "progressistas" como o centro da questão: sem ela, a Reforma Agrária emperra por força da contestação das desapropriações na Justiça.

A forma de indenização também divide: os "moderados" não aceitam que seja em títulos da dívida pública e exijam pagamento em dinheiro. Enquanto os "moderados" ficam pé em estabelecer que só poderá ser desapropriada a terra definida como "improdutiva", os "progressistas" querem instituir um limite máximo para a área total das propriedades de pessoas físicas ou jurídicas.

Se a posição "moderada" significa um retrocesso em relação à atual Constituição e ao Estatuto da Terra, elaborado pelo regime autoritário, as propostas "progressistas" não têm maioria para ser aprovadas pelo plenário da Comissão de Ordem Econômica. A tendência de "progressistas" e "moderados", até mesmo pela pressão das entidades que representam seus interesses na sociedade — Confederação dos Trabalhadores na



Agricultura (Contag) e Igreja, de um lado, e a União Democrática Ruralista (UDR), de outro — é de marcar posição até o fim. Mas a esperança da "ala dos bombeiros" é manter o que já existe na legislação em vigor e conquistar pelo menos a imissão imediata de posse.

A definição de empresa nacional, fundamental para uma política de determinação dos espaços reservados ao capital estrangeiro, também acirra o debate ideológico. Para enfrentar os "moderados", que não querem qualquer tipo de limitação ao capital multinacional, os "bombeiros" esperam contar com a rivalidade de interesses dos parlamentares do Norte-Nordeste-Centro Oeste e os do Sul-Sudeste.

Os Estados mais atrasados precisam mais da intervenção do Governo para amparar suas tentativas de desenvolvimento. Os "moderados" des-

ta origem não são intransigentes em relação ao estabelecimento de algumas reservas de mercado para o Estado e a empresa nacional, embora o sejam na preservação dos direitos dos proprietários de terra.

O fim das cartas-patente para os bancos e a supervisão da Diretoria do Banco Central pelo Congresso são medidas com chances de alcançar maioria no debate sobre o sistema financeiro, mas o tabelamento dos juros são propostas de difícil aprovação.

A divergência dos interesses regionais será o centro da discussão sobre a reforma tributária: os Estados do Sul consideram-se injustiçados pela tese de partilha que privilegia os de menor renda per capita, mas são minoria e dependem de negociação. Na mesma linha cai o debate sobre a cobrança do ICM nos Estados onde o produto é consumido, em vez de fazê-lo no local de produção.

Nos direitos sociais grupos lutam pelos votos dos indecisos

- AS DIVERGÊNCIAS**
- Estabilidade no emprego
 - Estatização da saúde
 - Exclusividade de verbas do Governo para as escolas públicas

BRASÍLIA — Certos de que as discussões nas comissões temáticas irão repetir os confrontos havidos nas subcomissões, "progressistas" e "moderados" já começam a se articular visando a votação do substitutivo dos Relatores apresentados neste fim de semana.

Nesse sentido, os "progressistas" da Ordem Social já articulam uma ampla mobilização popular para acompanhar a votação da proposta apresentada pelo Relator, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Além disso, de posse da relação dos membros, eles já partiram para o corpo-a-corpo, num trabalho de "convencimento". Com isso, eles pretendem que os constituintes ainda indecisos sobre determinados temas votem por "um avanço que permita atender aos mínimos anseios da sociedade".

Da mesma forma, os "moderados" já se dispuseram a conversar para evitar radicalismos. O Deputado Adylson Mota (PDS-RS), por exemplo, disse ser favorável ao princípio da estabilidade no emprego — uma das principais polémicas da Comissão — mas não concorda com a sua garantia desde a admissão do trabalhador. Para ele, o que falta é encontrar uma redação mais flexível.

Por outro lado, considera muito estatizante a proposta apresentada pelo Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), Relator da Subcomissão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Uma maior abertura nesse texto poderia significar mais um voto para os "progressistas" na votação do capítulo dos direitos dos trabalhadores.



Por isso mesmo, o Relator da Comissão da Ordem Social ouviu alguns membros da Comissão, representando as mais diversas correntes ideológicas. Uma das consequências foi incluir em sua proposta a possibilidade da estabilidade no emprego não atingir os trabalhadores que tenham em seus contratos estabelecido o tempo de dois anos como tempo máximo para a prestação de serviços.

Com o mesmo objetivo, o Relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação, Deputado Artur Távola (PMDB-RJ), manteve um encontro com o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, para acabar com os "antagonismos aparentes". Ele afirmou já ter mantido encontros nesse sentido com o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e com o Líder de seu Partido na Constituinte, Senador

Mário Covas (PMDB-SP).

Segundo Távola, no momento em que os pefelistas deixarem de definir os membros do PMDB como "esquerdistas estatizantes" e, da mesma forma, quando os peemedebistas deixarem de lado a convicção de que os pefelistas são "representantes da direita", a possibilidade de acordo em diversas matérias será mais fácil.

No entanto, Távola está certo de que questões como a reserva de mercado para a informática, a definição de empresa nacional e a criação do Conselho Nacional de Comunicação dificilmente permitirão um acordo entre "progressistas" e "moderados". Acredita, porém, que poderá colocar no texto de seu substitutivo propostas passíveis de fácil aprovação. Como exemplo, citou um dos pontos mais polémicos da Comissão da Educação, Cultura e Esporte: a destinação das verbas públicas exclusivamente para escolas públicas.